

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PROJETO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1. **Instituição proponente:** Mais Diferenças

1.2 **CNPJ:** 07.844.643/0001-60

1.3 **Banco:** Caixa Econômica Federal (104)

1.4 **Agência:** 1087 1.5 **Conta:** 003.000199-8

1.6 **Site:** www.md.org.br

1.7 **Certificações:**

CEBAS () OSCIP (X) Utilidade Pública Federal () Utilidade Pública Estadual ()

Utilidade Pública Municipal () CMAS () Conselho Estadual do Idoso ()

1.8 **Nome do Responsável legal:** Carla Simone da Silveira Mauch

E mail Pessoal: carla@md.org.br

1.9 **RG:** 704.030.667-7 1.10 **Órgão Expedidor:** SSP/RS

2 - APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

2.1. **Histórico da organização (com apresentação de dados e informações relevantes sobre a área de atuação):**

A Mais Diferenças é uma associação qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e como Entidade Promotora de Direitos Humanos pela Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Fundada em dezembro de 2005, a organização tem como focos de atuação a Educação e a Cultura Inclusivas, bem como a defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

A missão da Mais Diferenças é construir, articular, promover e implementar práticas e políticas inclusivas com os diversos setores da sociedade para garantir os direitos humanos, prioritariamente das pessoas com deficiência.

337
2310/17
292
2310/17

Ao longo de sua trajetória, a organização assessorou, desenvolveu e participou de mais de 30 projetos de educação inclusiva e em torno de 50 projetos de cultura inclusiva; acessibilizou mais de 2.000 produtos; envolveu mais de 600 mil pessoas em ações de educação e cultura inclusivas; e assessorou a implantação de políticas de educação inclusiva que garantiram o acesso a escolas e classes regulares a 8 mil alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação. Além disso, desenvolve, desde sua fundação, trabalhos com famílias de pessoas com deficiência em uma perspectiva inclusiva, sempre destacando a importância de se valorizar a diversidade.

A Mais Diferenças participa também de articulações e redes, nacionais e internacionais, tais como a Red Melisa (Red Iberoamericana de Accesibilidad Audiovisual); o Fórum Mundial de Direitos Humanos; o Movimento Superação (com forte atuação na defesa de direitos das pessoas com deficiência) e o Conselho Consultivo da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Foi líder da Rede de Inclusão Social do CETI-D (Centro de Excelência em Tecnologia e Inovação em Benefício das Pessoas com Deficiência), da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SEDPcD). Participou ativamente do movimento pela ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU) no Brasil. Atualmente é membro do Grupo de Trabalho de Diversidade e Direitos Humanos da Ashoka – Rede Mundial de Empreendedores Sociais.

Ao longo de sua trajetória, a organização acumulou larga experiência em ações de formação para a comunidade escolar de redes de ensino públicas e privadas, operadores do direito, conselheiros, organizações do terceiro setor, gestores e técnicos de entidades públicas. Foi organizadora, junto com o Ministério Público de São Paulo e a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), de dois seminários internacionais de Desenvolvimento Inclusivo e realizou diversas formações para Defensores Públicos e representantes de Conselhos Municipais de Educação, Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Juventude.

Em todos os campos em que atua, a Mais Diferenças produz e participa de estudos, pesquisas, informes e publicações com ênfase nos direitos das pessoas com deficiência, tendo realizado, inclusive, – em parceria com o Centro de Vida Independente Araci Nallin, o Centro Colaborador da OMS e o Centro Interdisciplinar de Aprimoramento e

Pesquisa em Envelhecimento da Faculdade de Saúde Pública da USP – a pesquisa *O Envelhecimento das Pessoas com Deficiência*.

FL. 102 258
Proc. 2310/17
D

Ainda sobre as temáticas da velhice e da deficiência, a Mais Diferenças desenvolveu o projeto de fotografia *Caminhos Ampliados*, para adultos e idosos com deficiência intelectual e deficiência múltipla, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Osasco. Além disso, prestou assessoria para implementação do Centro de Convivência Inclusiva e Ponto de Cultura para jovens, adultos e idosos com deficiência para a mesma Secretaria.

Outros exemplos de estudos e pesquisas realizados pela organização incluem a elaboração de diagnósticos de acessibilidade arquitetônica das escolas das Redes Municipais de Educação de Osasco e de Guarulhos; pesquisa para elaboração de Guia de Recursos e Serviços para Pessoas com Deficiência; pesquisa sobre acesso à justiça pelas pessoas com deficiência; mapeamento e caracterização da educação dos alunos com deficiência na rede estadual de ensino do Estado de São Paulo; pesquisas sobre sexualidade de pessoas com deficiência e a prevenção e combate às DST/AIDS; além de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre os processos de inclusão escolar em diferentes redes de ensino.

Cabe destacar também que a organização tem desenvolvido conteúdos com recursos de acessibilidade (audiodescrição, legenda, leitura fácil e janela de Libras) sobre importantes documentos e marcos legais do campo dos direitos humanos; tais como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Além disso, tem desenvolvido uma pesquisa e produção em formatos acessíveis de produtos culturais de diferentes linguagens artísticas, como literatura, teatro, cinema, dança, ópera, música clássica e artes visuais. Esta rica experiência possibilitou verificar que tais recursos contribuem e muito para a inclusão social e o acesso à informação de idosos com e sem deficiência.

No campo da Educação, participa do Fórum Estadual de Educação de São Paulo; é membro do Comitê Técnico da Campanha Nacional pelo Direito à Educação para a realização da Semana de Ação Mundial de Educação para Todos (RPT); faz parte da Campanha Latinoamericana pelo Direito à Educação (CLADE); foi delegada da CONAE no município de São Paulo; é uma das organizações responsáveis pelo acompanhamento da Meta 4, do Observatório do Plano Nacional de Educação, coordenado pelo Movimento Todos Pela Educação e integra o GT Global liderado pelo

Unicef que está construindo um protocolo para que os livros didáticos tenham Desenho Universal. Desenvolveu, em parceria com a UNESCO e o Ministério da Educação, a pesquisa *Escola para Todos: experiências de redes municipais na inclusão de alunos com deficiência, TEA, TGD e Altas Habilidades*.

Na área da Cultura, a Mais Diferenças é uma das organizações responsáveis pelos Encontros Nacionais de Acessibilidade Cultural (ENAC) e dos Seminários Nacionais de Acessibilidade em Ambientes Culturais (SENAAC), em parceria com o Ministério da Cultura, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a UFRJ, a UFRGS e a UFRN; foi uma das organizadoras do manifesto pela inserção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na produção audiovisual brasileira e atualmente faz parte do GT da Secretaria do Audiovisual (MinC) para a construção de guia orientador sobre recursos de acessibilidade no audiovisual e do conselho consultivo do Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL). Realiza o projeto *Acessibilidade em Bibliotecas Públicas*, do Ministério da Cultura, em 10 estados brasileiros.

Tais projetos e ações têm sido realizados por meio de parcerias firmadas com vários atores públicos e privados, entre eles a Prefeitura de São Paulo; o Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores da Secretaria Estadual de Educação/São Paulo; Fundação Padre Anchieta; Fundação Volkswagen; Itaú Cultural; Prefeituras de Osasco, Guarulhos, Várzea Paulista, Cajamar e Embu das Artes; UNESCO; UNICEF; e Bovespa Social e Ambiental.

Com o intuito de criar um espaço de estudo e sistematização, criou o Laboratório Mais Diferenças de Pensamento, Pesquisa, Experimentação e Publicação com a coordenação do Professor Jorge Larrosa, da Universidade de Barcelona e com a colaboração do Professor Jan Masschelein, da Universidade de Leuven e Walter Kohan da UERJ. Recentemente, publicou o livro *O Público e o Comum: Experiências em Acessibilidade Cultural*.

3. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Diante do contexto de envelhecimento da população brasileira e considerando que 63% da população idosa no país possui ao menos alguma deficiência (seja devido a uma perda de funcionalidade no processo de envelhecimento ou ao próprio envelhecimento de pessoas com deficiência), este projeto propõe uma caracterização, mapeamento de boas práticas e recomendações para políticas públicas voltadas à garantia dos direitos da população idosa no contexto do estado de São Paulo.

Com foco na Diretoria de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads) de Campinas, o projeto propõe a realização de ações de produção de conhecimento, disseminação e incidência em políticas públicas, através de pesquisas bibliográficas e de diagnóstico secundário e *in loco*, mapeamento de boas práticas, formação de multiplicadores e da elaboração de uma cartilha informativa sobre os direitos da população idosa com deficiência.

Ancorado no marco legal que garante os direitos humanos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, o projeto busca disseminar informações a respeito da vulnerabilidade desse estrato da população e promover a formulação, a implementação e o aprimoramento de políticas públicas para atendimento da população idosa com deficiência.

3.1. Nome do Projeto

A população idosa com deficiência em situação de vulnerabilidade: caracterização, boas práticas e recomendações para políticas públicas.

3.2. Justificativa

Acompanhando uma tendência observada em quase todas as regiões do mundo, o Brasil vive um processo acelerado de transição demográfica¹ que está alterando o perfil

¹ De acordo com o IBGE, em sua publicação lançada em 2013 e intitulada “Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população”, a *transição demográfica*, também chamada *transição vital*, é um processo vivido pela sociedade que “caracteriza-se pela passagem de um regime com altas taxas de mortalidade e fecundidade/ natalidade para outro regime, em que ambas as taxas situam-se em níveis relativamente mais baixos” (p. 139). Como resultado da transição

demográfico e etário da população. Como resultado especialmente da queda dos níveis de fecundidade, mas também da queda da mortalidade em todas as idades, a sociedade brasileira apresenta um processo acelerado de envelhecimento. De acordo com o IBGE², os idosos fazem parte do segmento populacional que mais cresce no país, apresentando uma estimativa de taxa de crescimento de 4% ao ano no período entre 2012 a 2022. Os estudos apontam que a população de idosos no Brasil, que era de 19,6 milhões em 2010, atingirá 41,5 milhões de pessoas em 2030 e 73,5 milhões em 2060.

Envelhecer de forma saudável e em condições dignas é um direito de todas as pessoas, reconhecido internacionalmente e assegurado pela Lei nº 10.741/ 2003, conhecida como Estatuto do Idoso, assim como a garantia de todos os direitos fundamentais previstos constitucionalmente. O envelhecimento, então, não pode se transformar em uma barreira ao indivíduo, que deve seguir usufruindo de sua cidadania de forma ampla.

Considerando as dificuldades já inerentes ao processo de envelhecimento e a manutenção de direitos nessa fase, a população idosa, com base no marco legal brasileiro, especialmente o Estatuto do Idoso, constitui-se como um estrato populacional com preferência na destinação de políticas públicas e recursos que visem à sua proteção. Condições como o desenvolvimento de deficiências e perda de funcionalidades nesse estágio da vida podem tornar ainda mais difícil o acesso a direitos e serviços. Ademais, o envelhecimento é considerado um dos fatores que contribuem para uma tendência global de aumento/crescimento do número de pessoas com deficiência no mundo³.

Somado a isso, há o próprio envelhecimento das pessoas com deficiência, que historicamente têm tido seus direitos humanos fundamentais negados em nossa sociedade, em situação de maior vulnerabilidade. De acordo com a OMS, a chance de adquirir deficiências é maior entre os mais pobres, assim como a condição de deficiência resulta em maiores chances de ter baixa renda. Essas pessoas “normalmente são negligenciadas e discriminadas pelas iniciativas desenvolvidas atualmente, e encontram dificuldade no acesso à saúde, educação, moradia e oportunidades de

demográfica, podem-se observar alterações da estrutura etária da população de acordo com a velocidade e a sincronidade da queda de cada componente, redistribuindo a proporção de crianças, adultos e idosos na população.

² IBGE. “Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população” (série *Estudos e Análises – Informação Demográfica e Socioeconômica*), 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93322.pdf>>.

³ Organização Mundial da Saúde. *Reabilitação Baseada na Comunidade: Diretrizes RBC*, 2010.

FL. N.º 332
Proc. 2310/17
262
2310/17

sustento”⁴. Adicionalmente, mesmo direitos já conquistados pelas pessoas idosas e com deficiência no Brasil, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁵, encontram-se ameaçados em meio às recentes propostas de reformas do sistema de Seguridade Social⁶.

É importante ressaltar que a concepção de pessoa com deficiência no qual se baseia esse projeto é a trazida pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009. A Convenção define que este é um conceito em evolução e conceitua, em seu Artigo 1, que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras [atitudinais e do ambiente], podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a mais recente legislação sobre o tema, preconiza em seu Artigo 4º que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação⁷”, sendo que dentre a população com deficiência, as pessoas idosas são consideradas “especialmente vulneráveis” (Art. 5º).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência determina, em seu texto, que a população idosa com deficiência deve ser particularmente considerada na elaboração de políticas e programas. O artigo 25 prevê que os serviços de saúde devem incluir a prevenção de deficiências adicionais entre idosos e o artigo 28 determina que a população idosa com deficiência, ao lado de mulheres e crianças com deficiência, deve ser foco prioritário de programas de proteção social e redução da pobreza.

⁴ Idem, p. 28.

⁵ Benefício da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que garante um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 anos), que o impossibilite de participar na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

⁶ A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, que dispõe sobre alterações em artigos relativos à seguridade social, propõe a elevação da idade na qual idosos podem solicitar o benefício de 65 para 70 anos e a desvinculação do salário mínimo, impactando as populações idosas e com deficiência diretamente.

⁷ O mesmo artigo conceitua discriminação em razão de deficiência como “toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas”. O Estatuto do Idoso, por sua vez, repressende todos os tipos de discriminação contra a população idosa, tipificando-a como crime.

Por sua vez, ações e serviços voltados para a população com deficiência, no âmbito da acessibilidade⁸ e da Tecnologia Assistiva⁹, numa perspectiva de Desenho Universal¹⁰, são benéficas também para a população idosa, pois podem contribuir para o acesso à informação e a inclusão social deste grupo e o fortalecimento de políticas públicas para essa população.

No Brasil, aproximadamente 65% da população idosa brasileira apresenta ao menos um tipo de deficiência, segundo o Censo Demográfico de 2010. No estado de São Paulo, a população idosa representa 6,8% da população total, igualando-se à média nacional; é a maior população de idosos em números absolutos do país, com 4.771.823 pessoas em 2010 (IBGE). Destes, mais de 2.800.000 (cerca de 60% da população idosa) possuem ao menos uma deficiência, representando 30% das pessoas com deficiência no estado.

Portanto, é fundamental investigar se essa parcela vulnerável e expressiva da população idosa está recebendo a atenção adequada e assegurar, de fato, o atendimento de todos os direitos e garantias previstos pela Constituição Federal, pelo Estatuto do Idoso, bem como por outras legislações que visam promover a igualdade, a inclusão e a cidadania das pessoas idosas e com deficiência, como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão.

Nesse sentido, este projeto tem como objetivo diagnosticar essa realidade no estado de São Paulo, verificando as políticas e os serviços que compõem a rede de atendimento¹¹, as boas práticas, os obstáculos e entraves à promoção dos direitos da população idosa

⁸ Acessibilidade significa o “acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público” (Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência).

⁹ Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, Tecnologia Assistiva ou Ajuda Técnica é o termo utilizado para identificar todo e qualquer recurso que facilita ou amplia habilidades de uma pessoa com deficiência. Elas podem ser usadas tanto para mobilidade, quanto para acessar uma informação.

¹⁰ Conforme definição na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, “Desenho universal” é “a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O ‘desenho universal’ não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.”

¹¹ Para fins deste projeto, será considerada rede de atendimento aquela que engloba os serviços, ações, programas, projetos e políticas da rede pública e conveniada voltados à população idosa, visando à garantia de acesso à saúde, educação, cultura, lazer, informação e participação, e assegurando a o exercício da cidadania, a qualidade de vida, a autonomia, a igualdade, e a inclusão da população idosa e com deficiência. Esta noção está ancorada no conceito de “Envelhecimento Ativo” da Organização Mundial da Saúde e nas demais legislações e recomendações nacionais e internacionais que garantem os direitos da população idosa e com deficiência citadas ao longo deste projeto.

com deficiência, e fornecer subsídios à formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas a esse público.

Atendendo ao Edital de Chamamento Público nº 01 SEDS/CEI/2016, o projeto se insere no Eixo Temático VI – Mapeamento da População Idosa Vulnerável em âmbito municipal, regional ou estadual, com foco no item VI.a) projetos que tenham como objeto a identificação de idosos vulneráveis e indiquem quais aspectos devem ser aprimorados no atendimento a esta população.

O projeto terá abrangência regional e será realizado na região sob a administração da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads) de Campinas, que apresenta o segundo maior contingente populacional dentre as Drads do estado de São Paulo e uma distribuição de municípios de diferentes portes mais equilibrada em comparação às demais Drads. O perfil e os critérios de seleção dessa região serão mais bem detalhados nas próximas seções.

3.3. Caracterização socioeconômica da região e do serviço a ser qualificado

A Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads) de Campinas é composta por 43 municípios de grande, médio e pequeno porte, além de uma metrópole (Campinas). Está situada a noroeste da cidade de São Paulo e compõe uma área territorial total de 9.147 km.

Somados, os municípios que pertencem à Drads Campinas têm uma população de 4.047.631 habitantes, sendo a 2ª maior Drads do estado de São Paulo – atrás apenas da Drads da Capital. Desta população, 460.556 (11,3%) são pessoas acima dos 60 anos de idade, e 259.594 (6,4% da população total) são pessoas idosas com algum tipo de deficiência, de acordo e com o Censo 2010.

Dentre os tipos de deficiência da população idosa da Drads Campinas, as deficiências visual, motora e auditiva são as mais comuns, conforme a tabela a seguir.

Tabela 1: população acima de 60 anos segundo o tipo de deficiência – Drads Campinas

Tipo de deficiência	População	%
Deficiência visual - não consegue de modo algum	3.558	0,9%
Deficiência visual - grande dificuldade	36.458	8,7%
Deficiência visual - alguma dificuldade	147.183	35,3%

FL. N.º 335
23/10/17
FL. N.º 265
23/10/17

Deficiência auditiva - não consegue de modo algum	2.174	0,5%
Deficiência auditiva - grande dificuldade	18.599	4,5%
Deficiência auditiva - alguma dificuldade	68.126	16,3%
Deficiência motora - não consegue de modo algum	6.949	1,7%
Deficiência motora - grande dificuldade	39.276	9,4%
Deficiência motora - alguma dificuldade	84.287	20,2%
Mental/intelectual	10.649	2,6%
Total	417.259	100%

Observação: o total da tabela é maior que o total da população idosa com deficiência, pois pessoas com mais de um tipo de deficiência são contados mais de uma vez.

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), a Drads conta com 15 municípios dentre os 100 maiores IDH-M do estado de São Paulo e 11 municípios dentre os 100 maiores no cenário nacional. São destaques os municípios de Jundiá, Valinhos e Vinhedo – 4º, 5º e 6º no ranking estadual, e 11º, 12º 13º no ranking nacional, respectivamente.

Por outro lado, a Drads possui também cinco municípios que estão entre os 100 IDH-M mais baixos do estado: Santo Antônio de Posse, Joanópolis, Vargem, Nazaré Paulista e Pedra Bela.

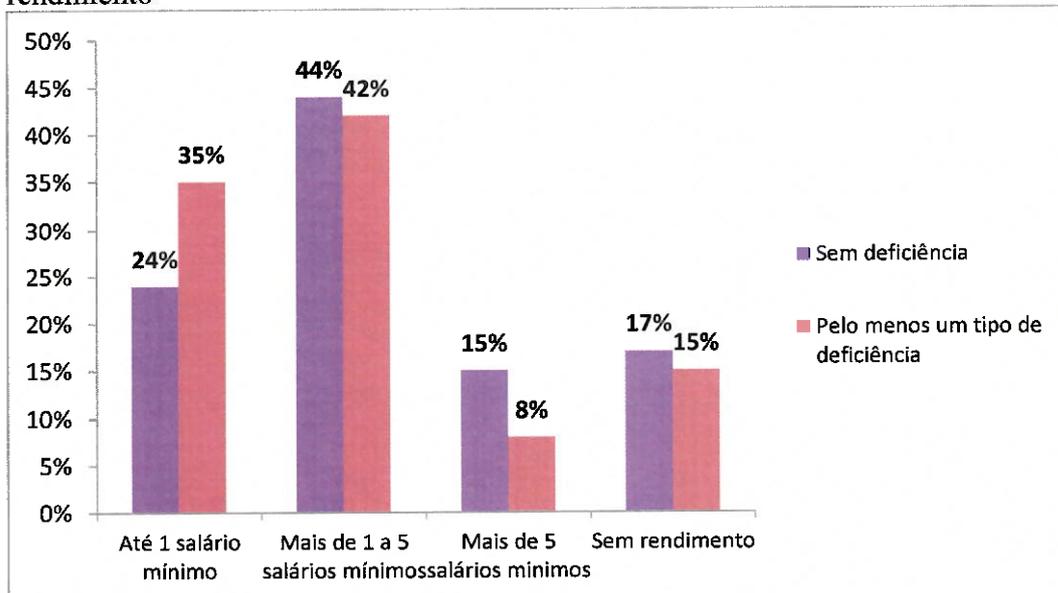
Em relação ao IDH-M Longevidade, que diz respeito à expectativa de vida ao nascer, enquanto a média paulista é de 0,845, a média dos municípios que compõem a Drads é de 0,847, sendo que 26 municípios ultrapassam esse valor (com Vinhedo e Holambra com os maiores índices, de 0,878) e 17 estão abaixo dele – sendo Pedra Bela com o menor índice nesse quesito: 0,796.

No que diz respeito à renda da população idosa nos municípios que compõem a Drads, vê-se que a faixa de renda que concentra este grupo populacional é a de mais de um até cinco salários mínimos, com 44% da população de idosos sem deficiência e 42% da população de idosos com deficiência neste perfil. No estrato mais baixo de renda, de até um salário mínimo, estão concentrados 35% do total de idosos com deficiência e 24% dos idosos sem deficiência.

Na faixa de renda de mais de cinco salários mínimos, estão 15% dos idosos sem deficiência e 8% dos idosos com deficiência, enquanto que entre os que não possuem

rendimento, estão 17% dos idosos sem deficiência e 15% dos idosos com deficiência, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Percentual da população com e sem deficiência de acordo com as faixas de rendimento



Observação: os percentuais dizem respeito aos totais de cada grupo populacional (idosos sem deficiência e idosos com deficiência).

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010.

Vê-se, portanto, que o grupo populacional de idosos com deficiência se sobrepõe ao de idosos sem deficiência apenas no estrato de renda mais baixo, com uma diferença significativa de 9 pontos percentuais no que diz respeito à representatividade em seus grupos populacionais totais, o que configura outro aspecto da vulnerabilidade deste segmento da sociedade.

Por fim, em relação ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, que é composto por uma série de variáveis de caráter socioeconômico e demográfico, tais como renda familiar, escolaridade e idade média do responsável da família, vê-se que os municípios que compõem a Drads Campinas possuem 27% de sua população em situação de média, alta ou muito alta de vulnerabilidade social.

Dos 43 municípios da Drads Campinas, cinco possuem 50% ou mais da sua população em situação de média, alta ou muito alta de vulnerabilidade social, sendo estes os municípios de Nazaré Paulista, Piracaia, Monte Mor, Joanópolis e Pedra Bela. Por outro lado, doze municípios apresentam 90% ou mais da população em situação de baixíssima, muito baixa ou baixa vulnerabilidade social.

A partir desses dados preliminares, vê-se que a Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Campinas apresenta um contexto socioeconômico diverso, cujos municípios estão entre os melhores índices nacionais até aqueles em que boa parte da população se encontra em situação de vulnerabilidade. É, portanto, uma região complexa, configurando terreno fértil para mapeamento de boas práticas, ao mesmo tempo em que é desafiadora para a implementação e aprimoramento das redes de atendimento à população idosa com deficiência.

3.4. Abrangência Geográfica

Como apresentado no item anterior, a divisão administrativa selecionada refere-se aos 43 municípios sob a administração da Drads Campinas. São eles:

Tabela 2: Municípios da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Campinas

Águas de Lindóia	Louveira
Americana	Monte Alegre do Sul
Amparo	Monte Mor
Artur Nogueira	Morungaba
Atibaia	Nazaré Paulista
Bom Jesus dos Perdões	Nova Odessa
Bragança Paulista	Paulínia
Cabreúva	Pedra Bela
Campinas	Pedreira
Campo Limpo Paulista	Pinhalzinho
Cosmópolis	Piracaia
Engenheiro Coelho	Santa Bárbara d'Oeste
Holambra	Santo Antonio de Posse
Hortolândia	Serra Negra
Indaiatuba	Socorro
Itatiba	Sumaré
Itupeva	Tuiuti
Jaguariúna	Valinhos
Jarinu	Vargem
Joanópolis	Várzea Paulista
Jundiaí	Vinhedo
Lindóia	

A escolha dessa diretoria regional teve como base os seguintes critérios:

- Primeiramente, buscou-se observar o tamanho de cada uma das Drads paulistas a

PL. N.º 338
OC. 2310/17
268
2310/17

partir da quantidade de municípios sob sua administração, com o intuito de identificar quais delas eram mais abrangentes;

- Seleccionadas as sete Drads que apresentam as cinco maiores abrangências¹², observou-se então o perfil dos municípios componentes;
- Dentre as sete, a Drads Campinas apresenta uma distribuição mais equilibrada em relação ao porte (em termos populacionais) dos municípios¹³, além de conter municípios de todos os portes, como está detalhado na tabela 3.

Desse modo, buscou-se garantir uma diversidade de contextos para diagnóstico e proposição de políticas públicas.

Tabela 3: Municípios da Drads Campinas segundo o porte populacional

Porte	Quantidade de municípios	Municípios
Metrópole	1	Campinas
Grande	13	Americana, Atibaia, Bragança Paulista, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jundiá, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Valinhos, Várzea Paulista
Médio	6	Amparo, Campo Limpo Paulista, Cosmópolis, Nova Odessa, Paulínia, Vinhedo
Pequeno II	12	Artur Nogueira, Cabreúva, Itupeva, Jaguariúna, Jarinu, Louveira, Monte Mor, Pedreira, Piracaia, Santo Antônio de Posse, Serra Negra, Socorro
Pequeno I	13	Águas de Lindóia, Bom Jesus dos Perdões, Engenheiro Coelho, Holambra, Joanópolis, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Tuiuti, Vargem

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo/Sistema Único de Assistência Social.

Observa-se uma proporção expressiva de pessoas com deficiência entre a população idosa nos municípios da Drads Campinas. Em 37 dos 43 municípios, 50% ou mais da

¹² As sete maiores Drads em relação à sua abrangência, seguidos da quantidade de municípios sob sua administração são: Fernandópolis (49 municípios); São José do Rio Preto (47); Campinas e Alta Noroeste (ambas com 43); Bauru e Vale do Paraíba (ambas com 39); e Marília (38). (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em:

http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/institucional_drads).

¹³ Classificação utilizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

N.º 339
23/10/17
269
23/10/17

população idosa apresenta ao menos um tipo de deficiência, sendo que esse número não se apresenta inferior a 41% e atinge o índice máximo de 69% (ver tabela no ANEXO I).

Além disso, 21 municípios apresentam uma proporção de pessoas idosas com deficiência em relação à população total superior à média nacional de 6,8% (IBGE, 2010), atingindo 10% em dois municípios (Serra Negra e Socorro) (ver tabela no ANEXO II).

Desse modo, a abrangência do presente projeto constitui-se como regional, com foco nos municípios sob a administração da Drads Campinas, de acordo com os termos do Edital.

4. OBJETIVOS DO PROJETO

4.1. Objetivo Geral

O projeto tem como objetivo gerar subsídios para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas, programas e ações voltados a assegurar os direitos fundamentais, a qualidade de vida, a igualdade, a cidadania e a inclusão da população idosa vulnerável, com foco na população idosa com deficiência.

4.2. Objetivo (s) Específico(s)

Os objetivos específicos do projeto são:

- Consolidar dados e informações em relação à situação da população idosa, em especial aquela em situação de vulnerabilidade social e com deficiência;
- Contribuir com a incidência e o fortalecimento das políticas públicas transversais, voltadas à população com deficiência;
- Disseminar informações qualificadas acerca da situação das políticas, programas e ações voltadas à população idosa;
- Contribuir com a transversalização das políticas públicas para idosos e pessoas com deficiência, conforme preconiza o marco legal pautado em direitos humanos;
- Contribuir com a formação de agentes públicos e da sociedade civil em relação à temática dos direitos da população idosa vulnerável e com deficiência;
- Produzir e disseminar informações sobre direitos em formatos acessíveis a para população com deficiência, historicamente sem acesso ou com acesso restrito a essas informações.

5. BENEFICIÁRIOS

5.1. Beneficiários Diretos

São beneficiários diretos deste projeto as pessoas idosas com deficiência, gestores de políticas públicas, representantes dos conselhos de defesa de direitos, operadores do direito e os profissionais das redes de atendimento à população idosa e com deficiência (das áreas de proteção, desenvolvimento social, cultura, educação, saúde e participação).

5.2. Beneficiários Indiretos

Os beneficiários indiretos do projeto são as pessoas idosas em geral, pessoas com deficiência em geral, as famílias de idosos com deficiência e a população em geral, na medida em que envelhece e terá acesso a serviços aprimorados e informações sobre direitos em diferentes formatos.

6. METODOLOGIA

O projeto se estrutura em duas etapas de realização: 1) produção de conhecimento e 2) disseminação e incidência em políticas públicas.

6.1. Produção de conhecimento

Esta etapa englobará atividades de pesquisa diagnóstica, estudo de caso, pesquisa de campo, e recomendações para políticas públicas. A seguir, são detalhadas cada uma das ações que a compõem:

6.1.1. Pesquisa bibliográfica

Prevê-se a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas do envelhecimento de pessoas com deficiência e da perda de funcionalidades na velhice, a fim de sistematizar a produção de conhecimento científico sobre o tema e embasar as demais ações do projeto.

6.1.2. Pesquisa diagnóstica

Pesquisa para identificação, caracterização e análise da rede de atendimento a pessoas idosas com deficiência nos 43 municípios que compõem a Drads Campinas, a fim de verificar as ações e serviços existentes e os pontos que necessitam de aprimoramento e/ou estruturação.

Para esta ação, serão utilizados dados secundários de fontes oficiais (tais como IBGE, PNUD, SUAS, SEADE, SAGI/MDS, entre outros) e dados primários – através de um questionário online para levantamento da rede de atendimento e serviços disponíveis e questionário online e encaminhamento para a Secretaria de Desenvolvimento Social, os Conselhos do Idoso, das Pessoas com Deficiência e de Assistência Social, os Centros de Referência em Assistência Social, instituições de longa permanência, entre outras organizações que compõem a rede de atendimento à população idosa com deficiência.

6.1.3. Mapeamento de boas práticas e estudo(s) de caso

Mapeamento de boas práticas dos municípios e redes de atendimento e assistência à população idosa com deficiência, no âmbito da Drads Campinas, a partir de indicações da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, de organizações e atores da sociedade civil (tais como os Conselhos, e organizações da sociedade civil atuantes no tema), indicações de pesquisadores e acadêmicos da área e levantamento bibliográfico. Posteriormente, será(serão) realizado(s) estudo(s) de caso sobre as boas práticas, de forma a disseminar e dar subsídios para a aplicação dessas experiências em contextos diversos.

6.1.4. Pesquisa de campo

Pesquisa *in loco* em três municípios que compõem a Drads Campinas, de modo a identificar as redes de atendimento, os atores envolvidos, os serviços ofertados e as fragilidades e obstáculos encontrados no atendimento e assistência à população idosa com deficiência nesses três contextos.

Os critérios para seleção dos municípios serão o porte – um de grande, um médio e um de pequeno porte – e a adesão e comprometimento com o tema, bem como a pré-existência de iniciativas, programas e ações voltadas à população idosa com deficiência.

A pesquisa de campo prevê a realização de entrevistas em profundidade com membros dos Conselhos das Pessoas com Deficiência, de Idosos, da Assistência Social, Secretários de Desenvolvimento e Assistência Social, organizações da sociedade civil atuantes, entre outros atores importantes na área, além de três grupos focais por município com idosos com deficiência e suas famílias, e de observações participantes em organizações voltadas ao atendimento à população idosa com deficiência. A seguir, apresentamos o detalhamento de cada uma dessas estratégias de pesquisa:

- *Entrevista em profundidade* é um tipo de entrevista que visa a explorar determinado assunto por meio do levantamento de informações, percepções e experiências dos respondentes. É uma técnica qualitativa que procura ampliar, aprofundar e relacionar as respostas e não a quantificação ou a representação estatística das informações levantadas.
- *Grupos focais* são pequenos grupos que, orientados por um moderador, buscam expor e discutir opiniões, percepções e ideias a respeito de determinado assunto.
- *Observação participante* é uma técnica de coleta de dados que se dá no “ambiente natural” do grupo pesquisado. O observador se encontra diretamente com o grupo estudado e busca interferir o mínimo possível no cotidiano estudado, a fim de obter os dados de forma satisfatória.

A partir de todas as ações previstas nesta etapa e de seus resultados, o projeto tem como objetivo sistematizar as informações e dados coletados e reuni-los em um relatório de pesquisa que trará recomendações para o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas intersetoriais, no âmbito dos municípios que compõem a Drads Campinas, para a garantia dos direitos da população idosa com deficiência nos âmbitos da proteção, saúde, educação e participação.

6.2. Disseminação e incidência em políticas públicas

Esta etapa compreenderá ações de publicação e discussão do relatório de pesquisa, a elaboração de uma cartilha orientadora sobre os direitos da população com deficiência, e uma ação de formação de multiplicadores.

6.2.1. Publicação e disseminação do relatório de pesquisa

O relatório de pesquisa será publicado em formato digital acessível (com os recursos de audiodescrição¹⁴; letra ampliada¹⁵ e fonte e leitura fácil¹⁶) e disponibilizado online para livre acesso de gestores de políticas públicas, profissionais das redes de atendimento e da população em geral.

6.2.2. Seminário de lançamento da pesquisa

O lançamento do relatório de pesquisa será realizado em um Seminário temático, cujo objetivo é criar um espaço de discussão sobre o tema e sobre as recomendações da pesquisa. Serão convidados a participar representantes dos 43 municípios que compõem a Drads, representantes das demais Drads, gestores de políticas públicas, membros do legislativo, dos conselhos de defesa de direitos, operadores do direito, pesquisadores e pessoas com deficiência. O evento contará com recursos de acessibilidade para possibilitar a participação das pessoas com deficiência com equiparação de oportunidades.

Programação preliminar:

9h-9h30 – Credenciamento e café da manhã

9h30-10h30 – Abertura do encontro com representante da Mais Diferenças, da SEDS, da Drads Campinas e da sociedade civil (membros de conselhos, pesquisadores, pessoas idosas com deficiência ou outros atores importantes identificados ao longo da pesquisa de campo)

10h30 – 11h - Apresentação da pesquisa: principais resultados e recomendações

11h – 12h – debates e dúvidas sobre a pesquisa.

¹⁴ Audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia a compreensão e a participação das pessoas com deficiência visual. Esse recurso consiste na tradução das imagens em palavras, por meio de uma descrição objetiva, que em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral do conteúdo. Pode ser utilizada no teatro, cinema, dança, literatura, entre outros.

¹⁵ Para as pessoas com baixa visão, é recomendável a utilização do contraste de cores, textos com fontes ampliadas, também chamados de letra ampliada. Várias tecnologias também podem auxiliar a leitura, tais como lupa, telulupa, e leitor de tela.

¹⁶ Recurso de acessibilidade cujo conteúdo segue diretrizes internacionais da IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions – em relação à linguagem, ao conteúdo e à forma. Vários elementos, como imagens, pictogramas e glossários, apoiam o texto para ampliar a compreensão. A leitura fácil foi inicialmente desenvolvida para pessoas com deficiência intelectual, mas tem sido utilizada também por pessoas com baixo letramento, pessoas com surdez, idosos e neoleitores de diferentes idades.

12h- Almoço

14h – Workshop de formação de multiplicadores

Público-alvo: representantes dos municípios da Drads Campinas.

6.2.3. Workshop – estruturação e aprimoramento de políticas públicas para a população idosa com deficiência

Propõe-se a realização de uma formação de multiplicadores, voltada aos representantes dos municípios da Drads Campinas, sobre as recomendações do relatório de pesquisa, de modo a fornecer subsídios e estratégias práticas para a implementação e aprimoramento das redes de atendimento à população idosa nos municípios.

6.2.4. Cartilha sobre os direitos da população idosa com deficiência

Por fim, a cartilha sobre os direitos da população idosa com deficiência tem como objetivo conscientizar populações e governos municipais sobre os direitos humanos das pessoas idosas com deficiência e inserir a temática na agenda governamental no âmbito regional (Drads), municipal e estadual. Esta publicação será disponibilizada a todos os 43 municípios que compõem a Drads Campinas e em formato digital acessível.

A apresentação desta cartilha em formatos acessíveis é de fundamental importância para garantir o acesso à informação qualificada pela população com deficiência, além de proporcionar o acesso a outros grupos populacionais historicamente excluídos, tais como as pessoas com baixo grau de letramento.

6.2.5. Ações de comunicação

As ações de comunicação são fundamentais para divulgação e disseminação das atividades do projeto, dos resultados da pesquisa e da cartilha orientadora, de modo a fortalecer a incidência em políticas públicas voltadas para a população idosa com deficiência. Esta ação compreende a concepção da identidade visual do projeto, a elaboração de conteúdos informativos sobre o projeto (e-mails marketing, releases, convites, redes sociais, mailing, entre outras atividades). O conteúdo de comunicação será desenvolvido em formatos acessíveis.

7. RESULTADOS ESPERADOS

Para as atividades de monitoramento e avaliação, o projeto se baseia na concepção de Gestão por Resultados proposta pela UNESCO¹⁷. Os resultados esperados do projeto são:

1. 100% dos municípios que compõem a Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Campinas com acesso à cartilha sobre os direitos da população idosa com deficiência.
2. Relatório de pesquisa em formato acessível publicizado em diversos canais de comunicação pertinentes aos temas da deficiência e do envelhecimento.
3. 100% das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social com acesso ao relatório de pesquisa.
4. 100% dos municípios abrangidos pela Drads Campinas com subsídios para estruturar e aprimorar suas redes de atendimento à população idosa com deficiência.
5. Segmentos Participação e envolvimento de representantes de diferentes setores que atuam na promoção e defesa dos direitos população idosa e com deficiência, tais como membros dos conselhos de defesa de direitos, operadores de direito, membros do legislativo, pesquisadores, profissionais das redes de atendimento, gestores de políticas públicas, entre outros.
6. Participação em seminário em pelo menos 5 seminários/conferências/audiências públicas sobre a temática dos direitos das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, especialmente a população idosa com deficiência.
7. Participação e envolvimento de pessoas com deficiência em diferentes etapas do projeto.

8. PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A tabela 4 apresenta a matriz de monitoramento e avaliação do projeto, elaborada a partir dos resultados esperados definidos:

¹⁷ Abordagem de Programa, Gestão e Monitoramento por Resultados (RBM), aplicada pela UNESCO: princípios norteadores. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2011.

Tabela 4: matriz de monitoramento e avaliação do projeto

Resultado(s)	Indicadores qualitativos	Indicadores quantitativos	Meios de Verificação
100% das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social com acesso à cartilha sobre os direitos da população idosa com deficiência	-	Número de Drads que receberam a cartilha	Termo de recebimento
100% dos municípios abrangidos pela Drads com subsídios para estruturar e aprimorar suas redes de atendimento à população idosa com deficiência	a) Avaliação dos representantes dos municípios quanto à aplicabilidade e relevância das propostas do relatório de pesquisa em suas localidades	b) Número de municípios participantes c) Número de participantes do workshop por município d) Número de participantes do lançamento por município	a) Ficha de avaliação no Seminário e Workshop b) c) d) Lista de presença do Seminário e Workshop
100% das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social com acesso ao relatório de pesquisa	-	Número de Drads que fizeram download do relatório de pesquisa	Formulário de identificação para download
Segmentos que fazem parte da rede de atendimento com subsídios para a formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas à população idosa com deficiência	a) Avaliação dos participantes do seminário de lançamento e workshop quanto à aplicabilidade e relevância das propostas do relatório de pesquisa em suas localidades	b) Número de participantes de acordo com organização que representa	a) Ficha de avaliação no Seminário e Workshop b) Lista de presença do Seminário e Workshop
Relatório de pesquisa em formato acessível publicado em diversos canais de comunicação pertinentes aos temas da deficiência e do envelhecimento	-	Número de matérias veiculadas número de canais em que foi divulgado	Clipping sobre a divulgação do relatório de pesquisa
Participação em seminário em pelo menos 5 seminários/conferências/audiências públicas sobre a temática dos direitos das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, especialmente a população idosa com deficiência.	--	Número de eventos sobre o tema em que a coordenação do projeto participou	Documentos comprobatórios de participação
Participação e envolvimento de pessoas com deficiência em diferentes etapas do projeto	-	Número de pessoas com deficiência participantes nas diferentes etapas	a) Listas de presença b) Relatórios do projeto

9. RECURSOS HUMANOS

A organização mantém uma equipe técnica fixa que atua de forma institucional na organização e conta com um banco de profissionais qualificados que prestam frequentemente serviços para Mais Diferenças que são alocados nos projetos conforme disponibilidade. Segue abaixo informações sobre a equipe disponibilizada para esse projeto:

9.1 Ana Rosa Bordin Rabello, graduada em Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar, pela Universidade Mackenzie. Trabalha com desenvolvimento de Conteúdos Acessíveis e Cultura Inclusiva há nove anos. Responsável pela gestão, coordenação, produção e desenvolvimento de projetos com foco em cultura, educação, comunicação e informação acessíveis, envolvendo o desenvolvimento de metodologias de acessibilidade de conteúdo em diferentes linguagens.

9.2 Carla Mauch, Fundadora e Coordenadora Geral da Mais Diferenças, com 30 anos de experiência em iniciativas que objetivam a inclusão de pessoas com deficiência nas áreas de educação e cultura. Pedagoga, mestre em Psicologia da Educação com especialização em Deficiência Mental, Teoria Psicanalítica e Psicopedagogia. Pós-Graduação Lato Sensu em Tecnologia Assistiva e Ajudas Técnicas e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência. Responsável pela área técnica da Mais Diferenças, realizando a supervisão de todos os projetos desenvolvidos em Educação e Cultura Inclusivas. Experiência na elaboração de desenhos de projetos de Política Pública na pauta da Inclusão das Pessoas com Deficiência e dos Direitos Humanos. É Empreendedora Social Fellow da Ashoka. Autora e organizadora de publicações em Educação e Cultura Inclusivas. Foi membro do conselho consultivo da ouvidoria da defensoria pública do Estado de São Paulo. Realiza diversas ações de militância e advocacy pelos direitos das pessoas com deficiência, tendo participado de fóruns e redes como: Fórum Permanente de Educação Inclusiva de São Paulo; Comitê da Campanha Nacional pelo Direito da Educação; Observatório do Plano Nacional da Educação do Todos pela Educação; Comitê Técnico da Semana de Ação Mundial; Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação; Passeata SuperAção; Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais (SENAAC) e Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural (ENAC); Teia Nacional da Diversidade. Idealizadora e Coordenadora do Laboratório MD de pesquisa, pensamento, experimentação, formação e publicação em Educação e Cultura Inclusivas.

9.3 Danielle Bello é bacharel em Ciências e Humanidades e graduanda em Políticas Públicas pela UFABC. Atuou na assessoria geral do Núcleo de Escola Bilíngue (Português/Libras) da Mais Diferenças para implementação de políticas educacionais inclusivas na rede municipal de Guarulhos.

9.4 Dirceu Mauch é médico clínico formado pela UFRGS em 1967. Fundou a Unimed Vale do Caí tendo ocupado vários cargos de direção. Foi diretor técnico do Hospital Montenegro/RS e diretor de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Montenegro.

Tem experiência no desenvolvimento e coordenação de projetos de medicina preventiva e promoção de saúde envolvendo a população idosa.

9.5 Guacyara Labonia Guerreiro, Fundadora e Coordenadora Geral Adjunta da Mais Diferenças. Fonoaudióloga, mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo, Pós-graduação em Psicopedagogia e Pós-Graduação Lato Sensu em Tecnologia Assistiva e Ajudas Técnicas e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência. Especialização em Terapia Familiar. Experiência em inclusão de jovens e adultos com deficiência no mercado de trabalho e formação de educadores e famílias para processos de inclusão educacional. Responsável pela área de surdez e educação bilíngue LIBRAS/Português da Mais Diferenças e supervisão de todos os projetos de Educação. Assessoria nas ações e projetos de Cultura Inclusiva referente à inclusão das pessoas com deficiência auditiva, incluindo apoio no desenvolvimento de metodologias para produção de recursos de acessibilidade audiovisual

9.6 Lilian Cristiane Quarezemin Corrêa Leite, Formada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e em Ciências Sociais pela PUC-SP, com Mestrado em Gestão Internacional pela FGV com foco em Responsabilidade Social Corporativa (Responsabilidade Social Empresarial como Estratégia). Experiência na atuação em Gestão de Projetos Culturais e Sociais, Consultorias de Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa (RSE/RSC). Projetos em lei Rouanet, parcerias com Secretarias e Convênios. Gestão financeira (planejamento, acompanhamento e prestação de contas), gestão de equipes e gestão executiva. Planejamento estratégico, acompanhamento e apresentação de resultados.

9.7 Luis Mauch, fundador da Mais Diferenças, com dez anos de experiência em iniciativas que objetivam a inclusão de pessoas com deficiência nas áreas de educação e cultura. Administrador, é especialista em Acessibilidade e Tecnologia Assistiva pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, Brasil. Participou de diversos grupos do Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), responsável pela proposição de normas brasileiras em acessibilidade. Participou ativamente da implantação do projeto F123, iniciativa de desenvolvimento de software livre para ampliar o acesso das pessoas com deficiência visual ao computador, principalmente em ambientes escolares. Foi responsável pelo desenho de estratégias de acessibilidade de comunicação, pedagógica e de informação em assessorias a redes municipais de ensino no Estado de São Paulo (Brasil). Atuou como formador em cursos sobre o uso das TICs em projetos de educação inclusiva. Membro da Red Melisa, coordenada pelo Cyted (Espanha) e Universidade Carlos III, rede ibero-americana para a acessibilidade no audiovisual e na web, é responsável pela introdução, no Brasil, do aplicativo WhatsCine, que torna as salas de cinemas e espaços culturais acessíveis. É co-autor do livro “Principios de accesibilidad audiovisual en el cine – el cine para todos como vehículo de aprendizaje”, editado pela Real Patronato sobre Discapacidad / Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales y Igualdad/ España (2012).

9.8 Lyusyena Kirakosyan, pesquisadora com doutorado pela Virginia Tech - Universidade Estadual da Virginia (EUA) em Ciências Sociais e Humanas. Foi professora visitante na mesma instituição. É pesquisadora filiada ao Instituto de Política e Governança da Virginia Tech. Tem ampla experiência na área de gestão das organizações não-governamentais. Atua principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, direitos das pessoas com deficiência, cidadania, organizações não-governamentais, e desenvolvimento.

279
2310/17
9

9.9 Naira Rodrigues Gaspar, fonoaudióloga, especialização em atendimento familiar na Universidade Católica de Santos e mestre em Ensino e Ciências da Saúde – UNIFESP. Experiência profissional em Fonoaudiologia com ênfase nos processos de reabilitação e atenção à saúde de pessoas com deficiência. Atuação em docência na área de formação inicial e continuada de professores. Ativista de direitos humanos das pessoas com deficiência desde 1989, tendo participado da constituição do Conselho de Direitos das Pessoas com Deficiência em Santos/SP; conselheira estadual do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo; Coordenadora a câmara temática de saúde; conselheira, representante dos conselhos municipais, no Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, CONADE, Coordenadora da Comissão de Articulação de Conselhos; Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Santos e, atualmente, Vice-presidente do mesmo conselho.

9.10 Thaís Pereira Martins é bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela USP e mestra em Políticas Públicas pela UFABC. Tem experiência profissional com gestão de projetos e monitoramento e avaliação de políticas públicas nas áreas de educação, cultura e desenvolvimento local. Trabalhou em projetos e pesquisas em parceria com prefeituras, UNESCO, Ministério da Educação e Ministério da Cultura, majoritariamente nas temáticas das políticas públicas voltadas à acessibilidade e inclusão, com ênfase nos direitos das pessoas com deficiência.

9.11 Tiago Marchesano artista visual, designer gráfico e pesquisador de arte multissensorial e inclusiva, Tiago é graduado em Publicidade e Propaganda pela ESPM-SP e pós-graduado em Acessibilidade Cultural pela UFRJ. Trabalha com Educação e Cultura Inclusivas há 6 anos. Desenvolveu diversos projetos gráficos para publicações ligadas à educação na perspectiva inclusiva para diversas redes de ensino. Também participou de inúmeros trabalhos de acessibilidade em cinema, artes plásticas, dança e fotografia.

9.12 Wagner de Alves Santana, sociólogo formado pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em Comunicação e Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Atua no campo das políticas públicas do campo social e educacional há mais de 20 anos, tendo sido gestor de projetos, pesquisas, ações de formação e capacitação, produção de conteúdos educacionais, consultor de entidades governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e entidades privadas. É autor e editor de várias publicações no campo social, da educação e inclusão de pessoas com deficiência, sendo que as mais recentes foram: *Fortalecimento de*

Bibliotecas Acessíveis e Inclusivas (Mais Diferenças/Ministério da Cultura, 2017), *Educação para Todos: Experiências de Redes Municipais na Inclusão de Alunos com Deficiência, TEA, TGD e Altas Habilidades* (UNESCO, 2017). Atualmente é membro do Fórum Estadual de Educação de São Paulo, do Observatório do Plano Nacional de Educação e Assessor Técnico da OSCIP Mais Diferenças. Foi Oficial de Programas do Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil, sendo responsável pela coordenação de projetos de cooperação internacional relacionados ao planejamento e gestão educacional.

Formação Profissional	Função no Projeto	Nº Horas / mês	Vínculo
9.1 Pedagoga	Coordenadora de Acessibilidade	5	PJ
9.2 Pedagoga	Coordenadora Técnica do Projeto	20	PJ
9.3 Bacharel em Ciências e Humanidades	Analista júnior de monitoramento e avaliação	90 4,5h/dia	PJ
9.4 Médico Clínico	Consultor Sênior Técnico	5	PJ
9.5 Fonoaudióloga	Coordenadora Técnica Adjunta	20	PJ
9.6 Administradora	Gestora executiva	20	PJ
9.7 Administrador	Consultor Sênior Técnico	5	PJ
9.8 Pesquisadora	Consultor Sênior de Pesquisa	5	PJ
9.9 Fonoaudióloga	Consultor Sênior Técnico	5	PJ
9.10 Bacharel em Gestão de Políticas Públicas	Analista pleno de monitoramento e avaliação	50 2,5h/dia	PJ
9.11 Designer	Designer e Assessor de Comunicação do Projeto	10	PJ
9.12 Sociólogo	Consultor Sênior de Pesquisa	15	PJ

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Meta	Etapa/Fase	Meses												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1. Pesquisa bibliográfica sobre a temática do envelhecimento de pessoas com deficiência e aquisição de deficiência na velhice	1.1 Elaborar pesquisa bibliográfica	X	X											
	1.2 Consolidar pesquisa em relatório	X	X											
2. Pesquisa diagnóstica com dados secundários sobre o perfil demográfico e social de idosos com deficiência, bem como levantamento da rede de atendimento a idosos com deficiência em cada um dos 43 municípios que compõem a Drads Campinas.	2.1 Levantamento e sistematização de dados	X	X	X										
	2.2 Análise de dados	X	X	X										
3. Pesquisa diagnóstica com dados primários sobre a rede de atendimento e serviços disponíveis a idosos com deficiência em cada um dos 43 municípios que compõem a Drads Campinas.	3.1 Elaboração de questionário online e encaminhamento para Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, Conselhos do Idoso, das Pessoas com Deficiência e de Assistência Social, Centros de Referência em Assistência Social, entre outros		X											
	3.2 Acompanhamento das respostas e contato com os municípios			X										
	3.3 Sistematização e análise dos dados				X									
	3.4 Elaboração de relatório preliminar				X									

Fl. N.º 251
Proc. 2310/17
26

Meta	Etapa/Fase	Meses														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
4. Pesquisa diagnóstica in loco em três municípios que compõem a Drads Campinas: um município de grande porte, um de médio porte e um de pequeno porte.	4.1 Seleção dos municípios com base nos dados secundários e critérios estabelecidos				X											
	4.2 Elaboração dos instrumentos de pesquisa: Roteiros de entrevista em profundidade				X											
	4.3 Elaboração dos instrumentos de pesquisa: Roteiros de grupo focal				X											
	4.4 Elaboração dos instrumentos de pesquisa: Roteiros de observação participante				X											
	4.5 Organização da pesquisa de campo e agendamento com os municípios				X											
	4.6 Pesquisa in loco: Entrevistas					X	X									
	4.7 Pesquisa in loco: 3 grupos focais por município					X	X									
	4.8 Pesquisa in loco: Elaboração de relatório de pesquisa por município					X	X									
	4.9 Sistematização e análise dos três relatórios de pesquisa								X	X						
	4.10 Elaboração de relatório preliminar consolidado								X	X						
	4.11 Reprodução de materiais de pesquisa (impressão de questionários, roteiros, material/pasta dos pesquisadores)				X											

Nº. 352
 Proc. 2310/A
 287
 2310/17
 27

Meta	Etapa/Fase	Meses												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
5. Mapeamento de boas práticas dos municípios/redes de atendimento e assistência à população idosa com deficiência, no âmbito da Drads Campinas.	5.1 Identificação de boas práticas (indicações SEADS; sociedade civil (Conselhos, OSCs); pesquisadores/acadêmicos; levantamento bibliográfico)						X							
	5.2 Levantamento de informações (estudos de caso)						X							
6. Relatório final de pesquisa com recomendações para o desenvolvimento/aprimoramento de políticas públicas intersetoriais, no âmbito dos municípios que compõem a Drads - Campinas, para a garantia dos direitos da população idosa com deficiência.	6.1 Sistematização e análise conjunta dos dados produzidos/coletados nas etapas anteriores									X				
	6.2 Elaboração de recomendações para políticas públicas									X				
	6.3 Apresentação para os resultados ao concedente										X			
	6.4 organização de evento de lançamento do relatório de pesquisa													
	6.5 Seminário de lançamento													X
	6.6 Workshop de formação de multiplicadores sobre o tema													X
	6.7 Contato com Drads; convocação de representantes dos 43 municípios; confirmações de presença.											X	X	
	6.8. Convide a outros segmentos para participação no seminário (conselhos de defesa de direitos, operadores do direito, gestores de políticas públicas, membros do legislativo, idosos com e sem deficiência, pessoas com deficiência em geral, entre outros).												X	X

FL. Nº 353
PROC. 2310/12

FL. Nº 252
PROC. 2310/17 28

Meta	Etapa/Fase	Meses																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12					
7. Elaboração de cartilha orientadora sobre os direitos da população idosa com deficiência	6.9 Desenvolvimento de metodologia, conteúdos e materiais									X							X	
	6.10 Condução do workshop																	X
	6.11 Desenvolvimento e publicação do relatório de pesquisa em formato digital acessível (audiodescrição; letra ampliada e leitura fácil)																	X
	7.1 Desenvolvimento de conteúdo								X									
	7.2 Edição de texto								X									
	7.3 Revisão								X									
	7.4 Ilustração								X									
	7.5 Impressão		X								X							
	7.6 Identidade visual/Diagramação da cartilha									X								
	7.7 Acessibilidade (versão audiovisual acessível)																X	
8. Comunicação	7.8 Lançamento no Seminário																	X
	7.9 Manuseio/envio de exemplares da cartilha para a Drads - Campinas																X	X
	8.1 Identidade visual do projeto	X																
	8.2 Diagramação do relatório de pesquisa														X			
	8.3 Diagramação folder e materiais de divulgação do seminário e do workshop														X	X		
	8.4 Assessoria de comunicação (divulgação, releases, e-mail mkt, redes sociais, notas para sites sobre a publicação; cobertura do seminário)																X	X

Proc. ~~2310/19~~ 354
284
2310/19
29

Meta	Etapa/Fase	Meses											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
9. Monitoramento e avaliação	9.1 Acompanhamento da matriz de monitoramento e avaliação			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
					X	X	X	X	X	X	X	X	X

FL. N.º 355
Proc. 2310/17
A

FL. N.º 289
Proc. 2310/17 30
A

PLANO DE TRABALHO (11/11)

6. Declaração.

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Desenvolvimento Social – Conselho Estadual do Idoso - CEI, para os efeitos e sob as penas do art. 299 do Código Penal, que inexistem na mora ou débito junto a qualquer órgão ou instituição da Administração Pública Federal e Estadual, direta ou indireta que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Fundo Estadual do Idoso, na forma deste plano de trabalho.

São Paulo, 03 de abril de 2017.



Local e Data

Carla Simone da Silveira Mauch

7. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO

São Paulo, ___/___/___

Assinatura/carimbo do concedente

12. ANEXOS

12.1. ANEXO 1: municípios da Drads Campinas de acordo com o percentual da população idosa com deficiência em relação ao total da população idosa – 2010.

Município	População Total	População - Acima dos 60 anos		
		Pop. Total - Acima dos 60 anos	Pelo menos uma deficiência	% População acima dos 60
Hortolândia	192.692	14.586	10.092	69,2%
Monte Mor	48.949	4.485	3.039	67,8%
Cabreúva	41.604	3.385	2.264	66,9%
Cosmópolis	58.827	5.483	3.590	65,5%
Piracaia	25.116	3.348	2.179	65,1%
Morungaba	11.769	1.367	874	63,9%
Várzea Paulista	107.089	8.318	5.303	63,8%
Santo Antônio de Posse	20.650	2.221	1.380	62,1%
Pedreira	41.558	4.929	3.039	61,7%
Jaguariúna	44.311	4.717	2.906	61,6%
Jarinu	23.847	2.603	1.576	60,5%
Sumaré	241.311	20.269	12.257	60,5%
Campo Limpo Paulista	74.074	6.810	4.055	59,5%
Serra Negra	26.387	4.519	2.688	59,5%
Lindóia	6.712	908	532	58,6%
Águas de Lindóia	17.266	2.606	1.522	58,4%
Nova Odessa	51.242	5.512	3.203	58,1%
Itupeva	44.859	3.533	2.053	58,1%
Jundiaí	370.126	49.405	28.610	57,9%
Socorro	36.686	6.243	3.596	57,6%
Santa Bárbara d'Oeste	180.009	19.290	11.107	57,6%
Atibaia	126.603	16.105	9.267	57,5%
Nazaré Paulista	16.414	2.320	1.301	56,1%
Campinas	1.080.113	133.267	74.299	55,8%
Monte Alegre do Sul	7.152	1.120	615	54,9%
Indaiatuba	201.619	21.047	11.547	54,9%
Holambra	11.299	1.007	551	54,7%
Artur Nogueira	44.177	4.460	2.433	54,6%
Tuiuti	5.930	1.011	538	53,2%
Itatiba	101.471	11.274	5.970	53,0%
Amparo	65.829	9.480	4.970	52,4%
Joanópolis	11.768	1.674	872	52,1%
Americana	210.638	27.268	14.181	52,0%
Paulínia	82.146	6.630	3.410	51,4%

FL. Nº 288
 C. 2310/17
 P. 17

Município	População Total	População - Acima dos 60 anos		
		Pop. Total - Acima dos 60 anos	Pelo menos uma deficiência	% População acima dos 60
Pedra Bela	5.780	866	440	50,8%
Valinhos	106.793	12.886	6.476	50,3%
Louveira	37.125	2.832	1.423	50,2%
Engenheiro Coelho	15.721	1.204	595	49,4%
Bragança Paulista	146.744	18.790	8.980	47,8%
Pinhalzinho	13.105	2.115	1.001	47,3%
Vinhedo	63.611	7.301	3.413	46,7%
Bom Jesus dos Perdões	19.708	2.064	914	44,3%
Vargem	8.801	1.298	533	41,1%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

12.2. ANEXO II: municípios da Drads Campinas de acordo com o percentual da população idosa com deficiência em relação à população total – 2010. 28%
 Proc. 2310/17

Município	População Total	População - Acima dos 60 anos		
		Pop. Total - Acima dos 60 anos	Pelo menos uma deficiência	% População Total
Serra Negra	26.387	4.519	2.688	10,2%
Socorro	36.686	6.243	3.596	9,8%
Tuiuti	5.930	1.011	538	9,1%
Águas de Lindóia	17.266	2.606	1.522	8,8%
Piracaia	25.116	3.348	2.179	8,7%
Monte Alegre do Sul	7.152	1.120	615	8,6%
Nazaré Paulista	16.414	2.320	1.301	7,9%
Lindóia	6.712	908	532	7,9%
Jundiaí	370.126	49.405	28.610	7,7%
Pinhalzinho	13.105	2.115	1.001	7,6%
Pedra Bela	5.780	866	440	7,6%
Amparo	65.829	9.480	4.970	7,5%
Morungaba	11.769	1.367	874	7,4%
Joanópolis	11.768	1.674	872	7,4%
Atibaia	126.603	16.105	9.267	7,3%
Pedreira	41.558	4.929	3.039	7,3%
Campinas	1.080.113	133.267	74.299	6,9%
Americana	210.638	27.268	14.181	6,7%
Santo Antônio de Posse	20.650	2.221	1.380	6,7%
Jarinu	23.847	2.603	1.576	6,6%
Jaguariúna	44.311	4.717	2.906	6,6%
Nova Odessa	51.242	5.512	3.203	6,3%
Monte Mor	48.949	4.485	3.039	6,2%
Santa Bárbara d'Oeste	180.009	19.290	11.107	6,2%
Bragança Paulista	146.744	18.790	8.980	6,1%
Cosmópolis	58.827	5.483	3.590	6,1%
Valinhos	106.793	12.886	6.476	6,1%
Vargem	8.801	1.298	533	6,1%
Itatiba	101.471	11.274	5.970	5,9%
Indaiatuba	201.619	21.047	11.547	5,7%
Artur Nogueira	44.177	4.460	2.433	5,5%
Campo Limpo Paulista	74.074	6.810	4.055	5,5%
Cabreúva	41.604	3.385	2.264	5,4%
Vinhedo	63.611	7.301	3.413	5,4%
Hortolândia	192.692	14.586	10.092	5,2%
Sumaré	241.311	20.269	12.257	5,1%

Município	População Total	População - Acima dos 60 anos		
		Pop. Total - Acima dos 60 anos	Pelo menos uma deficiência	% População Total
Várzea Paulista	107.089	8.318	5.303	5,0%
Holambra	11.299	1.007	551	4,9%
Bom Jesus dos Perdões	19.708	2.064	914	4,6%
Itupeva	44.859	3.533	2.053	4,6%
Paulínia	82.146	6.630	3.410	4,2%
Louveira	37.125	2.832	1.423	3,8%
Engenheiro Coelho	15.721	1.204	595	3,8%

240
231017
A

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

ADITAMENTO DO PLANO DE TRABALHO
 PROCESSO SEDS Nº. 2310/2017

Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros da Parceria:

5. PLANO DE APLICAÇÃO

a) Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
3.3.90.39.05	Serviços Técnicos Profissionais	R\$ 310.549,50	R\$ 310.549,50	R\$ 0,00
3.3.90.39.22	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	R\$ 14.690,00	R\$ 14.690,00	R\$ 0,00
3.3.90.39.47	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	R\$ 11.880,00	R\$ 11.880,00	R\$ 0,00
3.3.90.39.48	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	R\$ 9.400,00	R\$ 9.400,00	R\$ 0,00
3.3.90.39.58	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 0,00
3.3.90.39.79	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	R\$ 675,00	R\$ 675,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL		R\$ 349.594,50	R\$ 349.594,50	R\$ 0,00

b) Diárias		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
3.3.22.14.00	DIÁRIAS	R\$ 9.405,00	R\$ 9.405,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL		R\$ 9.405,00	R\$ 9.405,00	R\$ 0,00

c) Custos Administrativos		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
3.3.90.36.15	LOCAÇÃO DE IMOVÉIS - RATEIO ALUGUEL (3/12 AVOS)	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 0,00
3.3.90.39.99	DESPESAS DE MOTOFRETE	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 0,00
3.3.91.30.00	MATERIAL DE CONSUMO (PAPEL E TONER)	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00
3.3.90.39.99	RATEIO DESP. DE TELEFONIA (3/12 AVOS)	R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL		R\$ 45.900,00	R\$ 45.900,00	R\$ 0,00

d) Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
3.3.90.39.99	SERVIÇOS DE MANUSEIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL		R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00

e) contrapartida		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
	computadores e impressora	R\$ 36.000,00	R\$ 0,00	R\$ 36.000,00
	internet	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00	R\$ 3.600,00
	mobiliário	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	R\$ 4.800,00
	serviços contábeis	R\$ 25.200,00	R\$ 0,00	R\$ 25.200,00
TOTAL GERAL		R\$ 69.600,00	R\$ 0,00	R\$ 69.600,00

TOTAL DO PLANO DE TRABALHO:	R\$ 476.999,50
TOTAL DO CONCEDENTE	R\$ 407.399,50

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os recursos financeiros serão liberados, em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira no valor R\$ 203.699,75 (duzentos e três mil, seiscentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos) e a segunda no valor R\$ 203.699,75 (duzentos e três mil, seiscentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

Data 12/12/2018



CARLA SIMONE DA SILVEIRA MAUCH
 Coordenação Geral
 RG: 704.030.667-7 SSP/RS
 CPF: 508.103.320-00

